



RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE FILOSOFIA PARA O FORTALECIMENTO DA CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Iego Jereson Albuquerque Fernandes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú.

iego.filosofia.shalom@gmail.com

Resumo: O presente relato de experiência analisa a prática docente desenvolvida na Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Gerardo José Dias de Loiola, em Forquilha, Ceará, prática voltada ao fortalecimento da vivência democrática por meio do ensino de Filosofia no Ensino Médio Técnico. Frente à crescente polarização ideológica contemporânea e aos impactos sociais da mercantilização educacional, estruturou-se uma intervenção pedagógica que alinha às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) a um referencial teórico crítico. A fundamentação ampara-se na Pedagogia da Autonomia (1996) de Paulo Freire e na Teoria do Agir Comunicativo (2012) de Jürgen Habermas. Por meio de oficinas de debate fundamentado e intervenções comunitárias de caráter itinerante, os estudantes do curso Técnico em Informática foram estimulados a exercer o protagonismo e a argumentação racional. Os resultados indicam um expressivo avanço no engajamento dos discentes, na capacidade de filtragem crítica diante do fenômeno da desinformação e na consolidação da cidadania ativa, o que culminou no reconhecimento público do projeto em âmbitos estaduais e evidenciou a Filosofia como um componente indispensável para a manutenção dos valores democráticos.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Vivência Democrática. LDB. BNCC. Agir Comunicativo.

ABSTRACT: This experience report analyzes the teaching practice developed at the Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Gerardo José Dias de Loiola, in Forquilha, Ceará, aimed at strengthening the democratic experience through the teaching of Philosophy in Technical High School. Facing contemporary ideological polarization and the social impacts of educational commercialization, a pedagogical intervention was structured that aligns the guidelines of the National Education Guidelines and Bases Law (LDB No. 9,394/1996) and the general competencies of the National Common Curricular Base (BNCC, 2018) with a critical theoretical framework. The foundation is supported by Paulo Freire's Pedagogy of Autonomy (1996) and Jürgen Habermas's Theory of Communicative Action (2012). Through workshops for grounded debate and community interventions of an itinerant nature, students of the Technical in Information Technology course were encouraged to practice leadership and rational argumentation. The results indicate a significant advance in student engagement, in the capacity for critical filtration in the face of the phenomenon of misinformation and in the consolidation of active citizenship, which culminated in the public recognition of the project in state areas and highlighted Philosophy as an indispensable component for the maintenance of democratic values.

Keywords: Philosophy Teaching. Democratic Experience. LDB. BNCC. Communicative Action.

Introdução

O cenário social contemporâneo impõe severos desafios à manutenção dos regimes democráticos e à coesão do tecido comunitário. A proliferação de bolhas algorítmicas, a disseminação em massa de desinformação deliberada e o acirramento de posturas intolerantes no campo digital comprometem a capacidade de diálogo racional. Diante desse panorama, o ensino de Filosofia na Educação Básica deixa de ser uma concessão humanística secundária para converter-se em uma

imperiosa necessidade política e ética. Longe de limitar-se à transmissão historiográfica do conhecimento, o saber filosófico atua como um instrumento metodológico de reflexão crítica indispensável à formação do cidadão contemporâneo.

A experiência pedagógica aqui relatada materializou-se no "Projeto Filosofia Itinerante: Reconstruindo a Democracia, Fortalecendo a Convivência", aplicado a estudantes do 2º Ano do curso Técnico em Informática, no ano letivo de 2026, na Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Gerardo José Dias de Loiola, em Forquilha, Ceará. O escopo central da intervenção constituiu-se em estruturar um espaço deliberativo em sala de aula que garantisse o protagonismo juvenil e consolidasse a convivência democrática. Tal ação ganha importância ao ser implementada na modalidade de Ensino Médio Integrado, segmento historicamente pressionado pela racionalidade neoliberal que tensiona o currículo em direção a um tecnicismo utilitarista, focado unicamente na adaptabilidade do estudante ao mercado de trabalho em detrimento de sua densidade reflexiva.

Do ponto de vista legal e normativo, a proposta atende de forma estrita às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e às competências norteadoras da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), articulando-as teoricamente com a Pedagogia da Autonomia (1996) de Paulo Freire e a Teoria do Agir Comunicativo (2012) de Jürgen Habermas. O presente relato expõe os eixos teóricos, o percurso metodológico de pesquisa-ação e os resultados que culminaram no reconhecimento do projeto.

1 O Ensino de Filosofia à Luz da LDB no 9.394/1996 e da BNCC (2018)

As bases legais da educação brasileira asseguram de modo inequívoco a centralidade das ciências humanas e, especificamente, da Filosofia na formação do educando. No texto consolidado da LDB, o Artigo 35, que define as finalidades do Ensino Médio, estabelece textualmente em seu inciso III o dever de assegurar "o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" (BRASIL, 1996, p. 23). Na mesma linha, o parágrafo 2º do referido artigo determina a obrigatoriedade de estudos e práticas de Filosofia e Sociologia ao longo desta etapa de ensino, blindando essas disciplinas contra reducionismos estritamente técnicos.

Complementarmente, a BNCC (2018) reorganiza o Ensino Médio na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, demandando o desenvolvimento de competências específicas que convergem de forma direta com o fazer filosófico. A Competência Geral 7 da BNCC preconiza a capacidade de "argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta" (BRASIL, 2018, p. 9).

Ademais, a Competência Específica 5, da área de Ciências Humanas, orienta os estudantes a "identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos e solidários" (BRASIL, 2018, p. 573). Portanto, a inclusão da Filosofia como mediadora da vivência política escolar não se configura como mera atividade extracurricular, mas sim, como o cumprimento rigoroso dos

preceitos legais e normativos vigentes nas diretrizes da educação nacional.

2 A Pedagogia da Autonomia e a Práxis Libertadora em Paulo Freire

Para além das bases, a sustentação política e social deste projeto se fundamenta na pedagogia crítico-libertadora de Paulo Freire, em especial nas formulações expressas em sua obra derradeira, *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996). Freire descarta categoricamente qualquer possibilidade de neutralidade no ato pedagógico. Para o autor, a educação constitui uma modalidade de intervenção direta no mundo, a qual pressupõe uma tomada de posição radical contra as estruturas de exclusão. Freire (1996, p. 82) adverte de forma contundente: "Se a minha opção é democrática, progressista, não posso ter uma prática reacionária, autoritária, elitista. Não posso, por isso mesmo, recusar o direito de voz ao educando, silenciá-lo".

A transposição desse referencial para o ambiente escolar exige a superação da "educação bancária" e a adoção da formação permanente, conceito fundado na reflexão crítica sobre a prática discursiva e docente. Sob essa ótica, o professor não transfere informações a um sujeito passivo; ao contrário, o ato de conhecer exige que se parta dos "conhecimentos de experiência feitos" (FREIRE, 1996, p. 31), isto é, dos saberes existenciais e comunitários trazidos pelos estudantes. É a partir dessas vivências que emergem as "situações-problemas", impasses sociais e contradições que demandam dos sujeitos o desvelamento crítico e a consequente ação transformadora (práxis).

3 A Ética do Discurso de Habermas como Matriz Didática

A realização dos debates em sala de aula demandou um critério normativo que mediasse a comunicação, impedindo que o diálogo degenerasse em mera disputa retórica ou em agressão verbal. Encontrou-se tal critério na Ética do Discurso de Jürgen Habermas, formulada originalmente em 1981. Habermas diferencia a racionalidade instrumental voltada para o êxito individual e a manipulação estratégica — característica marcante da sociabilidade neoliberal — da racionalidade comunicativa, cujo a finalidade é intrínseca ao entendimento mútuo entre sujeitos livres e iguais (HABERMAS, 2012, p. 283).

A apropriação pedagógica dessa teoria constitui o que Lima e Carneiro (2023, p. 5) definem como uma "Didática do Agir Comunicativo". Esta didática exige que o ambiente da sala de aula reproduza o que Habermas conceitua como "situação ideal de fala" (*ideale Sprechsituation*). Trata-se de um modelo normativo regulador estruturado sobre quatro pressupostos pragmáticos universais:

- a) Inclusão e Publicidade: nenhum indivíduo que possa dar uma contribuição relevante para o tema pode ser excluído do discurso; b) Igualdade de Oportunidades: todos os participantes devem ter a mesma chance de propor asserções, explicações e críticas; c) Veracidade/Sinceridade: os falantes devem expressar suas intenções de forma autêntica, sem dissimulações estratégicas; d) Isenção de Coação: o discurso deve ser livre de pressões externas ou assimetrias de poder, de modo que prevaleça unicamente a força do melhor argumento (HABERMAS, 1989, p. 112).

Ao converter tais postulados em regras procedimentais de convivência escolar, os conteúdos da Filosofia Política e da Ética adquirem

funcionalidade viva. A sala de aula transforma-se em uma comunidade de investigação deliberativa, capacitando os jovens a contrapor argumentos fundamentados a dogmatismos, discursos de ódio e preconceitos institucionalizados.

4 Percurso metodológico do projeto

A execução do projeto pautou-se nos pressupostos metodológicos da pesquisa-ação de cunho freireano, configurando-se como uma pesquisa-formação, na qual a produção de conhecimento ocorre de modo indissociável da transformação da realidade investigada. O ambiente da intervenção foi a sala de aula do 2º Ano do Curso Técnico em Informática, no ano letivo de 2026, da EEEP Gerardo José Dias de Loiola, em Forquilha, Ceará. A escolha deste grupo específico decorreu da percepção de que estudantes expostos a uma alta carga horária de disciplinas voltadas à tecnologia instrumental necessitavam, prioritariamente, de mediações conceituais capazes de humanizar e criticar a sua relação com os ecossistemas digitais.

Por isso, o desenho metodológico seguiu as proposições de Silvio Gallo (2012, p. 45) relativas a uma proposta fenomenológica para o ensino de Filosofia, estruturada a partir da problematização e do diálogo. O projeto "Filosofia Itinerante" cumpriu sistematicamente três etapas procedimentais e interconectadas:

1. Investigação Temática e Problematização: Alinhada à metodologia freireana, iniciou-se com o mapeamento das problemáticas vivenciadas no cotidiano comunitário dos estudantes e nas suas redes sociais digitais. Emergiram como temas geradores: a desinformação digital, a violência de gênero e os dilemas éticos. Tais temas foram desnaturalizados e problematizados sob o prisma de conceitos da filosofia política clássica e contemporânea.

2. Oficinas de Debate Fundamentado: Os estudantes foram organizados em círculos deliberativos regidos rigorosamente pelas regras pragmáticas da ação comunicativa habermasiana. Diante de dilemas éticos propostos, os grupos eram impelidos a suspender julgamentos baseados em meros preconceitos (o senso comum) e a construir teses amparadas no rigor conceitual e na evidência empírica, exercitando a escuta recíproca e o respeito à diversidade de opiniões.

3. Intervenção Comunitária e Práxis Social: A transposição da teoria em práxis materializou-se por meio de ações itinerantes no município. Destaca-se a realização de uma visita técnica e imersão na Casa da Mulher Forquilhense, com o intuito de analisar a eficácia local das políticas públicas de proteção à mulher no contexto dos Direitos Humanos. Paralelamente, foram realizadas pesquisas empíricas sobre Bioética e Ecocidadania, incluindo o registro fotográfico e a denúncia reflexiva da degradação ambiental no entorno da comunidade, confrontando as teorias de justiça com a realidade empírica local.

A materialização dos resultados incluiu o uso das próprias habilidades técnicas dos discentes em informática para a criação de conteúdos digitais de conscientização social em redes sociais, além da captação, edição e gravação do documentário intitulado "A Arte fortalecendo o pertencimento e promovendo a convivência democrática", que mapeou as manifestações culturais locais como formas legítimas de expressão política e identidade.

Conclusão

Os dados qualitativos e as observações sistemáticas coletadas ao longo da pesquisa-ação atestam transformações profundas no perfil intelectual e comportamental dos estudantes. A substituição de uma metodologia puramente expositiva e verticalizada por oficinas

deliberativas baseadas no debate fenomenológico gerou um incremento substancial no engajamento discente. A adoção dos preceitos da Ética do Discurso habermasiana reduziu de modo visível a ocorrência de posturas dogmáticas e falas autoritárias, comuns no início do projeto, elevando o padrão dos debates para um patamar de argumentação racional e fundamentada.

No que tange ao enfrentamento da desinformação e das bolhas de ódio — fenômenos que tencionam negativamente a democracia na era digital —, a experiência propiciou o desenvolvimento daquilo que Freire (2005b, p. 94) denomina "consciência crítica". Os discentes, futuros técnicos em informática, passaram a olhar para além do código e da interface computacional, questionando as estruturas políticas e os interesses econômicos que determinam o funcionamento do engajamento social. A análise das estruturas de opressão durante a imersão na Casa da Mulher Forquilhense permitiu aos estudantes vincular a teoria filosófica sobre a alteridade e os direitos humanos à resolução de violências estruturais de gênero.

A produção do documentário audiovisual coroou o processo de decodificação da realidade. O impacto pedagógico e social da intervenção obteve amplo reconhecimento público e institucional. A partir desse projeto, vários estudantes da turma foram destaque na etapa escolar, em diversas categorias, no X Festival Alunos que inspiram, promovido pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Ressalta-se também a escolha, na etapa escolar, da redação do estudante Rafael para representar a escola no Concurso Jovem Senador, na qual foi dissertado sobre "As redes sociais como Ágora na Sociedade Contemporânea". Tais premiações referendam a tese de que a escola profissionalizante atinge a sua excelência não quando se restringe a instruir operadores técnicos, mas quando atua como formadora de cidadãos críticos e autônomos. Assim também, cumpre seu papel social de formar pessoas para a convivência democrática sadia.

Referências

BRASIL. [LDB (1996)]. *Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília, DF: MEC, 2018.

CARNEIRO, R. N. *Didática do agir comunicativo*. Revista Reflexões, Fortaleza, ano 12, n. 23, p. 1-15, jul./dez. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GALLO, S. *Metodologia do ensino de filosofia: uma proposta fenomenológica*. Campinas: Papirus, 2012.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade do agir e racionalização social*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 1.

LIMA, F. J. G. de; CARNEIRO, R. N. Uma abordagem da ética do discurso de Habermas para as didáticas da filosofia e geografia. *Revista Reflexões*, Fortaleza, ano 12, n. 23, p. 1-15, jul./dez. 2023.

SAUL, A.; GIOVEDI, V. M. A pedagogia de Paulo Freire como referência teórico-metodológica para pesquisar e desenvolver a formação docente. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 211-233, jan./mar. 2016.